

REQUERIMENTO PARA ALVARÁ POLICIAL – COMBUSTÍVEIS

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Delegado(a) de Polícia Civil,

O requerente abaixo qualificado, com fulcro na Resolução nº 25/GAB/DGPC/PCSC/2022, que regulamenta a fiscalização de produtos controlados pela Polícia Civil, no âmbito do Estado de Santa Catarina, mormente quanto ao que dispõe o Decreto Estadual nº 3.008/1992 e às normas federais vigentes, requer à **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, responsável pelo controle de produtos controlados**, conforme o artigo 106, inciso V, da Constituição Estadual, a expedição de alvará policial, conforme dados declarados abaixo:

QUALIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA REQUERENTE

Nome completo			
Data de nascimento		CPF	
Logradouro			
Bairro		N°	
Cidade		CEP	
Contato		e-mail	

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA REQUERENTE

Nome empresarial			
Nome fantasia			
CNPJ			
Logradouro			
Bairro		N°	
Cidade		CEP	
Responsável legal			
Contato		e-mail	

ATIVIDADES CONTROLADAS

Consideram-se sujeitos à fiscalização e controle da Polícia Civil o depósito e o comércio de produtos combustíveis:

Atividade desenvolvida: Depósito para comércio Comércio varejista Horário de funcionamento: __: __ às __: __

INDIQUE A QUANTIDADE DE TIPOS DE COMBUSTÍVEIS POR BOMBA

Tipo de Combustível	COMUM			ADITIVADO			OUTROS				
	Gasolina	Etanol	Diesel	Gasolina	Etanol	Diesel	Gasolina	Etanol	Diesel	G.N.V	Querosene
Bomba 01											
Bomba 02											
Bomba 03											
Bomba 04											
Bomba 05											
Bomba 06											
Bomba 07											
Bomba 08											
Bomba 09											
Bomba 10											
Bomba 11											
Bomba 12											
Bomba 13											
Bomba 14											
Bomba 15											
Bomba 16											
Bomba 17											
Bomba 18											
Bomba 19											
Bomba 20											
Bomba 21											

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O REQUERIMENTO

- I - cópia do documento público de identificação da pessoa física requerente com nº do CPF;
- II - comprovante de residência em nome do requerente;
- III - comprovante de cadastro da distribuidora na Agência Nacional de Petróleo em nome da empresa requerente;
- IV - no caso da comercialização de gás natural veicular deverá ser apresentado comprovante de instalação de sistema de identificação eletrônica e validação do selo GNV previsto na Lei Estadual nº 16.402, de 1 de junho de 2014;
- V - alvará de funcionamento expedido pela prefeitura municipal;
- VI - cópia dos atos constitutivos devidamente registrados;
- VII - comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica da Receita Federal;
- VIII - alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros militares;
- IX - comprovante de pagamento de taxas.

Obs. A taxa exigida é calculada pela quantidade de tipos de combustível por bomba de combustível.

Eu, acima qualificado, declaro, sob as penas da lei, que () **exerço** / () **não exerço** atividade comercial com G.N.V.

Nestes termos, pede deferimento.